

Decreto-Lei N.º 22 de 16 de Julho
Cria o Fundo de Estabilização Económica

A criação de um Fundo de Estabilização Económica surge para fazer face à recessão económica que se faz sentir a nível mundial, nomeadamente à crise alimentar e ao aumento do preço dos alimentos no mundo e vem no seguimento da recente Declaração sobre a Segurança Alimentar Mundial feita por representantes de 180 países e da União Europeia em Roma.

Para além disso urge tomar as providências necessárias para combater os efeitos negativos do aumento do preço dos combustíveis e materiais de construção civil.

A curto médio prazo o Fundo para a Estabilização Económica será utilizado para reconstruir a capacidade da economia e desenvolver programas para ajudar a população a lidar com os efeitos da crise.

O presente diploma prevê a materialização de mecanismos técnicos e financeiros para garantir a segurança e soberania alimentar de Timor-Leste, bem como o desenvolvimento económico-social e a satisfação das necessidades da comunidade timorense.

O Governo decreta, nos termos da alínea o) do n. 1, do artigo 115 da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Designação

1. É criado junto do Ministério das Finanças o Fundo de Estabilização Económica, doravante designado por Fundo.

Artigo 2.º Objectivos

São objectivos do Fundo:

- a) Assegurar o abastecimento de bens e a segurança alimentar;
- b) Estabilizar os preços através da intervenção no mercado;
- c) Assegurar o abastecimento de materiais de construção civil.

Artigo 3.º Constituição do Fundo

O Fundo é financiado pelo Orçamento de Estado.

Artigo 4.º Financiamentos

O procedimento para os financiamentos a conceder pelo Fundo é aprovado por diploma próprio.

Artigo 5.º Despesas

Constituem despesas do Fundo as que resultem de encargos decorrentes da aplicação do diploma previsto no artigo 4.º.

Artigo 6.º Receitas

Constituem receitas do Estado o retorno resultante da venda pelos agentes económicos dos artigos financiados ao abrigo do artigo 4.º.

Artigo 7.º Fiscalização e relatórios

O Regulamento UNTAET n.º 2001/13, sobre orçamento e gestão financeira aplica-se para efeitos de fiscalização e relatórios.

Artigo 8.º Colaboração de outras entidades

O Ministério das Finanças pode solicitar às entidades relevantes, as informações que se revelem necessárias à prossecução dos objectivos do Fundo.

Aprovado em Conselho de Ministros de 16 de Junho de 2008.

O Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão

A Ministra das Finanças Emilia Pires

Promulgado em 14. 7. 08

Publique-se

O Presidente da República José Ramos-Horta